



100 anos de República



A FIBRA DA REPÚBLICA

O QUE FOI A REPÚBLICA?

Um período de desmando, uma vertigem anômica, uma “anarquia” que Portugal vivenciou durante dezasseis anos, ou pelo contrário, um regime cuja obra se apresenta plena de virtudes, com dirigentes veneráveis, misto de visionários e intelectuais cuja acção teria sido tolhida por ventos adversos...

Estas têm sido as posições sustentadas, por um lado, pela historiografia estadonovista, e por outro, pelos hagiógrafos da República.

São ângulos de visão que têm hegemonizado a análise do tempo republicano, colocando, naturalmente, escolhos no caminho a percorrer para a compreensão deste riquíssimo período da história de Portugal.

Compreender até que ponto a actual democracia portuguesa é herdeira legítima de uma fibra republicana, é recuperar uma memória identitária forjada na combustão de um ideário que se foi afirmando até ser poder e quando poder se cumpriu e incum-

priu, mas se manteve enquanto corpus ideológico, enquanto património político que atravessa todo o século XX português.

A análise da sociedade portuguesa contém marcas indeléveis desta persistência do pensamento republicano no tecido ideológico da democracia.

O ESTADO LAICO

Da República recebemos o Estado laico, bandeira liberal contra o confessionalidade da Monarquia Constitucional, que outorgava à igreja católica uma omnipresença visível no quotidiano português. Omnipresente no desempenho de funções administrativas, na ascendência que a hierarquia católica, apostólica e romana tinha sobre o Estado, na autoridade eclesiástica que se fazia sentir com o peso e o treino de séculos.

A laicização da sociedade portuguesa era perspectivada como condição sine qua non para a vitória do progresso, da modernidade, meta alcançável apenas quando o país se conseguisse libertar da atávica influência do clero obscurantista, retrógrado, apegado ao atraso e por ele responsável.



REVOLUÇÃO DE 14 DE MAIO DE 1915 CONTRA A DITADURA DE PIMENTA DE CASTRO - Anselmo Franco, 1915, AML/AF, FRA000028

Da República recebemos o Estado laico, bandeira liberal contra o confessionalidade da Monarquia Constitucional.

Deste modo, a estatuição do princípio da separação entre o Estado e a Igreja, e consequente imposição do registo civil obrigatório, que remete para o Estado o averbamento dos grandes momentos da vida dos cidadãos, nascimento, morte, casamento, constitui uma transformação que ultrapassa os meros limites das relações sociais e jurídicas atingindo o patamar da transformação cultural e civilizacional.

Da mesma forma se perfilam um sem número de leis civis que os legisladores republicanos vão levar a cabo na sequência daquela libertação do coleto-de-forças que o catolicismo desde sempre impusera, interditando vivências não consentâneas com os ditames básicos da convivência social confessional, como, por exemplo, a lei do divórcio.

A laicização do Estado integra, assim, certamente, um legado de primeira água.

Ao Estado laico assacava-se ainda a responsabilidade da completa transformação que a República perseguia, a metamorfose civilizacional do analfabeto, incapaz de protagonizar uma cidadania republicana, num outro sujeito histórico, capaz de ler

o mundo, com novos direitos e deveres a traçarem novas formas de vida social. A concretização desta alquimia cultural e cívica ficaria a cargo da educação, uma educação que se queria massiva, generalizada, mensageira de uma nova sociedade, com um papel central no *modus vivendi* das diferentes comunidades que compunham o grande fresco da sociedade portuguesa do início do séc. XX.

A “EDUCAÇÃO NOVA”

Há já muito que a propaganda do Partido Republicano vinha preparando, e mais que isso, concretizando essa vocação educacional.

Na última década do séc. XIX, o PRP vai protagonizar uma vontade associativa que se traduzirá na criação de colectividades que evidenciam afecto pela cultura, pela instrução, num empenhamento assertivo por novas propostas pedagógicas. O destaque ia para a “Educação Nova” que mais tarde, já regime, a República iria levar por diante, ainda que se tenha ficado muito aquém do que era proposto, não só quantitativamente, mas também sob ponto de vista da qualidade do ensino, dado o objectivo

Na última década do século XIX, o PRP vai protagonizar uma vontade associativa que se traduzirá na criação de colectividades que evidenciam afecto pela cultura, pela instrução.

minimalista da alfabetização. Ainda que de facto a materialização dos objectivos educacionais não se tenha cumprido, quer a nível do ensino primário, quer a nível do ensino secundário, onde não vão ser realizadas reformas significativas, há a relevar, de qualquer modo, a acção educativa da República e sobretudo a clarividência das suas propostas.

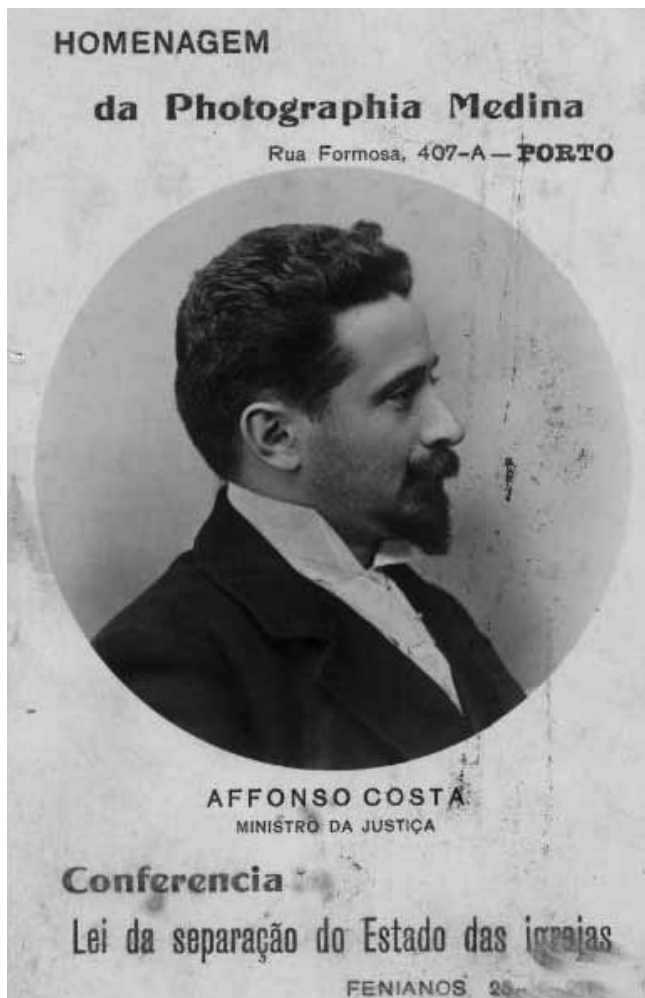
A criação de duas novas universidades, Lisboa e Porto, que uma nova legislação estruturante do ensino superior acompanha, vai ser responsável por um aumento significativo da frequência do ensino superior. A este nível tratava-se de, por um lado, responder à procura de outros patamares de esco-

laridade por parte das classes média e alta, e por outro lado, de retirar a Coimbra a exclusividade daquele grau de ensino.

A centralidade da educação na sociedade, como forma de libertação e consciencialização cidadã, integra um outro legado a sublinhar na herança republicana.

Mas não só. A República foi no fundamental um projecto de sociedade que na sua dimensão utópica acalentava a “ideia de regeneração” uma espécie de revivência da pátria portuguesa que permitiria a recuperação do atraso face aos países mais desenvolvidos. Este sopro de regeneração só seria possível se acompanhado de um purismo ético que não se restringia

“A perpetuidade de funções é um princípio monárquico e não tem princípio democrático”, sustentava o PRP. “Nas democracias os homens não só se elegem como se renovam”.



CONFERÊNCIA DE AFONSO COSTA SOBRE MOVIMENTO DE SEPARAÇÃO DO ESTADO DA IGREJA

ao escrupuloso cumprimento da lei. O Estado de Direito de cariz liberal não revelava nem capacidade nem idoneidade suficientes para responder ao apelo social de que o ideário republicano se reclamava. Havia que avançar para além do que os puristas da democracia jurídica propalavam. A democracia queria-se também política e social.

A “NOVA AURORA”

Foi justamente esta matriz genética que facilitou aos republicanos o entendimento conjuntural com o sindicalismo revolucionário e um certo populismo radical que via a revolução republicana como uma “nova aurora”, uma primeira etapa de um novo ciclo que traria mais prosperidade, uma vida melhor antes da etapa da revolução social.

Por outro lado, a ética republicana de serviço público ocupará um lugar de destaque na ecologia política deste novo tempo. O primado do público sobre o privado, as regras de rigorosa democratização da vida interna do partido impondo a rotatividade dos cargos, bem como a realização anual de congressos decisórios, vão ser, entre outros, aspectos estruturan-

tes desta ética procedimental de que a democracia portuguesa se reclama, não obstante a efectiva prática política com que hoje nos deparamos.

Veja-se, por exemplo, a lei orgânica aprovada no Congresso do PRP de 1906 em que se impedia a reeleição do Directório do partido (espécie de Comissão Política ou Secretariado) por um período superior a três anos. O princípio fundamental era o da necessidade de renovação dos quadros do partido de modo a evitar que os cargos da direcção máxima “tivessem um carácter vitalício”.

Era assim sustentado que a “perpetuidade de funções é um princípio monárquico e não tem princípio democrático. Nas democracias os homens não só se elegem como se renovam”.

Haverá, seguramente, outras impressões digitais impressas na substância da democracia que hoje vivemos. É que um projecto global de mudança social e política, como a República pretendeu ser, não se dissipa com facilidade, mesmo com o sopro feroz de uma ditadura.



A REVOLUÇÃO DO 5 DE OUTUBRO DE 1910. A DESCIDA DA AVENIDA NA HORA DA VITÓRIA. AML/AF, A77586

A REVOLUÇÃO POPULAR DE 5 DE OUTUBRO DE 1910

Após o regicídio, a 1 de Fevereiro, 1908 corresponde ao ponto de viragem tendo a Revolução como alvo: a ditadura de João Franco foi desmantelada, Manuel I, o jovem e derradeiro rei entroni-

zado à pressa, decretou o tempo da “acalmção”, os republicanos empenharam-se fortemente na ascensão por via eleitoral e a estrutura conspirativa que estivera por detrás do golpe falhado de 28 de Janeiro daquele ano não só se manteve como ainda aprofundou os meios organizativos. Em 28 de Janeiro, o fracassado “Golpe do Ascensor da Biblioteca” levava à prisão os seus chefes: o carbonário Luz de Almeida, o dissidente Egas Moniz e os republicanos Afonso Costa, João Chagas e António José de Almeida. Dezassete anos depois do 31 de Janeiro de 1891, esta era a segunda tentativa malograda dos republicanos para implantar a República pela força das armas. Entre os revolucionários contavam-se já os que, em 5 de Outubro de 1910, haviam de sair vitoriosos: carbonários, marinheiros de Alcântara e dos barcos postados no Tejo, sargentos, alguns oficiais de baixa patente, a elite do PRP, para além de alguns dissidentes do liberalismo monárquico como José de Alpoim e o Visconde da Ribeira Brava.

O golpe destinava-se a implantar a República, num momento de profundo descontentamento

político e popular com o Governo da ditadura. A atitude do Rei e os excessos do Franquismo renunciavam o fim do regime. Júlio de Vilhena, líder do Partido Regenerador e chefe de um dos últimos governos da monarquia, lançara a sua profecia célebre: o regime terminaria por uma revolução ou por uma tragédia.

Desde Abril do ano anterior, a “nova lei contra a imprensa” iria conduzir ao Tribunal da Boa-Hora dezenas de “culpados” por alegados crimes de abuso de liberdade de imprensa e, em meados daquele mês, João Franco encerrou por decreto a sessão legislativa, sem marcação de novas eleições. Com a aprovação do Rei, o país entrava em ditadura, numa governação contra tudo e contra todos. Era este o caminho mais fértil para todos os descontentamentos: dos antigos políticos liberais, dos republicanos e, muito principalmente, dos grupos radicais oriundos da Carbonária e do anarquismo. No Verão de 1907, Lisboa foi palco de explosões, nas ruas de S. António à Estrela e do Carrião, numa demonstração inequívoca da existência de arsenais clandestinos que se preparavam para sair à luz do dia.



JOÃO FRANCO

até se fortificou nos dois anos seguintes. O recurso do ditador João Franco a medidas repressivas, como aquela que previa a deportação para o Ultramar dos indivíduos que atentassem contra a segurança do Estado – numa clara deliberação destinada a atingir os revolucionários de 1908 -, acicatou os ânimos e deu força ao gesto dos regicidas.

Em 1908, os resultados da acção eleitoral republicana foram assinaláveis: sete deputados no Parlamento a partir de Abril, a vereação da Câmara Municipal de Lisboa e de um conjunto de outras por todo o território nacional a partir de Novembro.

A revolta de 28 de Janeiro saiu malograda e os seus chefes foram presos, refugiaram-se em Espanha ou passaram a actuar na clandestinidade. Porém, a organização revolucionária permaneceu activa ou

Mas, talvez tão importante como esses resultados eleitorais, foi a acção de agitação e propaganda das ideias republicanas durante todo este ano de 1908, em centenas de comícios, conferências, congressos, obras e actos cívicos, que se concluíram em impressionantes movimentos de massas e em centenas de adesões ao Partido Republicano.

A partir daqui o caminho era irreversível: a agitação e propaganda visavam (e conseguiam) mobilizar um país acabrunhado e inerte para a necessidade de uma mudança radical. Estava concluído o trabalho de “democratização”, considerava Machado Santos, o comissário naval que veio a comandar a Revolução na Rotunda; impunha-se a revolução.

A dois anos da Revolução de 5 de Outubro, a burguesia liberal e democrática parecia estar em melhores condições para garantir uma alternativa ao poder oligárquico do rotativismo parlamentar monárquico, e em particular à sua deriva ditatorial dos últimos anos. Pelo seu programa – nacional, progressivo e modernizador –, e pela credibilização crescente dos seus líderes – no Parlamento, nas Câmaras Municipais e na imprensa –, o projecto

Em 1910, o bloco político era forte, rico e diverso – a revolução foi apenas a consumação de um movimento social e político que se constituía naturalmente para substituir o rei e a oligarquia dominante.

republicano parecia ser aquele que melhor poderia responder às aspirações crescentes de mudança da generalidade dos sectores sociais marginalizados pela oligarquia rotativa e pela monarquia. Contra si tinha apenas a inércia de um regime de muitos séculos e os apoios instalados dos grandes proprietários, de algumas magistraturas e da maior parte do poder clerical. Ultrapassar esta barreira estava à distância de uma revolução.

Para a vitória da ideia revolucionária foram ainda decisivos os dois Congressos realizados pelo Partido Republicano Português, em 25 de Abril de 1908 e em 22-25 de Abril de 1909, este último em Setúbal.

Em causa passou a estar o alargamento da base de apoio do movimento republicano – designadamente às “classes humildes”, muito mobilizadas pelo anarquismo para a “acção directa”, a organização do aparelho político-partidário do PRP por todo o país, o reconhecimento do novo regime numa Europa de monarquias e, muito especialmente, a formação de um Directório partidário encarregado de promover a revolução – o que viria a acontecer no Congresso de Setúbal, em 1909. Durante a segunda metade desse ano e o primeiro semestre do seguinte, Lisboa, a “Outra Banda” e Setúbal, uma parte significativa do Algarve, zonas importantes do Oeste, do Ribatejo e



5 DE OUTUBRO DE 1910. A PRIMEIRA BANDEIRA REVOLUCIONÁRIA: O ESTANDARTE DA CARBONÁRIA (POSTAL)

do Grande Porto mobilizavam-se em monumentais manifestações e comícios em que reivindicavam as liberdades municipais, o registo civil, a reforma do regime e, no limite, a sua própria substituição.

Em 1910, o bloco político era forte, rico e diverso – a revolução foi apenas a consumação de um movimento social e político que se constituía naturalmente para substituir o rei e a oligarquia dominante. Sem grande resistência do poder instituído, uma aliança da pequena burguesia urbana e do operariado, (sob a liderança da intelectualidade com influência na imprensa, no ensino e no Exército) e a organização de um Comité Revolucionário onde comandavam os líderes do Partido Republicano Português, a Maçonaria e, sobretudo, a Alta Venda Carbonária, pôs de pé em Lisboa uma revolução, assente na acção de alguns quartéis insubordinados, de navios estacionados no Tejo e, muito especialmente, de alguns milhares de civis armados, organizados pela Carbonária. Na tarde de 4 de Outubro, quando algumas incertezas pairavam sobre a sorte da Revolução, foi com a companhia de 9 sargentos carbonários, o suporte de oito bocas de artilharia



CONTRA-REVOLUÇÃO – 1911-1912. ESTAÇÃO DE SANTA APOLÓNIA. PARTIDA DOS MARINHEIROS QUE FORAM COMBATER AS FORÇAS DE PAIVA COUCEIRO, NO NORTE DO PAÍS. - Joshua Benoliel, AML/AF, A 25801

e de cerca de duas centenas de civis armados que o tenente marinheiro Machado Santos conteve os avanços das tropas fiéis à Monarquia, estacionadas no Rossio e no Jardim do Torel. Dos navios sitos do Tejo e do Quartel de Alcântara, a Marinha e os populares enquadrados pela Carbonária atacaram o Palácio real das Necessidades, obrigando o rei a pôr-se em fuga. Na manhã do dia 5 de Outubro de 1910, triunfante da mobilização e do combate popular, a República era proclamada da varanda da Câmara Municipal de Lisboa.

A Revolução de 5 de Outubro de 1910 exigira

o empenhamento político da pequena burguesia dos principais centros urbanos do país e o apoio do operariado, fortemente mobilizado para a luta pelo trabalho e pelo pão. Esta foi uma aliança que se desfez nos anos seguintes e com dois efeitos perversos e dramáticos: o enfraquecimento da República democrática (e no limite a sua queda) e a desmobilização do movimento operário, acompanhando a derrocada do primeiro projecto de democratização do país.

O MOVIMENTO OPERÁRIO

A OUTRA REPÚBLICA

Nas vésperas do 5 de Outubro, em anos de agravamento das condições de vida, os anarquistas reforçavam a sua influência dentro dos sindicatos face à hegemonia do socialismo reformista dos socialistas, que nem queria ouvir falar em greves.

Com um discurso sindical radical, mas anti-polí-

tico, um sector de influência anarquista polarizou-se em defesa da acção directa, da greve geral e do papel de um sindicalismo revolucionário, independente dos partidos no combate ao capitalismo, inspirado na Carta de Amiens, aprovada pelo congresso de 1906 da CGT francesa.

Dois anos mais tarde, sob essas ideias é editado entre nós o jornal *A Greve*, o primeiro diário sindicalista e em 1909 realiza-se o I Congresso Sindical e Cooperativo.

Também os republicanos procuravam aliciar as lideranças operárias com apelos concretos contra a monarquia, com sindicalistas a alinharem nas organizações secretas, como a Carbonária, para o derube do regime.

Nas barricadas da Rotunda, no dia da Revolução, quando a oficialagem republicana desertou, temerosa com os boatos de contra-ofensiva monárquica, ficaram operários, marinheiros e o povo de Lisboa. Mas mesmo nos meios mais radicais, prevalecia uma atitude que, sublinhando bem que subsistia o capitalismo e a exploração, admitia a República como bem-vinda.

EUFORIA E DIVÓRCIO

Acendia-se uma imensa esperança na República, mas que seria rapidamente defraudada. Logo nos primeiros dias de Novembro de 1910, levantara-se a indignação contra um afrontoso decreto limitativo do direito à greve, tachado de decreto-burla. E as primeiras greves não tardaram a eclodir, reclamando do novo poder direitos desprezados pela monarquia, por salários, pela redução da jornada de trabalho, de solidariedade.

1911 será um ano de ofensiva e de afirmação do sindicalismo revolucionário contra os republicanos, que viravam as costas aos trabalhadores, desprezando as suas reivindicações e os seus anseios. Para mais, as mulheres e os analfabetos continuavam sem direito a voto num pavor atávico em relação aos de baixo, que restringia o universo eleitoral a níveis inferiores aos do próprio tempo da Monarquia.

São os sindicalistas revolucionários a capitalizar o descontentamento popular. O II Congresso Sindical, de 1911, coroa este caminho feito de espontaneidade, voluntarismo e de muita combatividade.

1911 será um ano de ofensiva e de afirmação do sindicalismo revolucionário contra os republicanos, que viravam as costas aos trabalhadores, desprezando as suas reivindicações e os seus anseios

Em Março desse ano, em Setúbal, a intransigência dos industriais conserveiros face às reivindicações salariais leva à greve geral na cidade e a confrontos com a novíssima GNR, que abate a tiro dois grevistas. Ao mesmo tempo, o movimento de protesto social alastrava pelos campos do sul, onde se multiplicavam as associações de classe de trabalhadores rurais que reclamavam jornas mais altas e horários menos duros. Impetuosas manifestações alastravam a partir de Évora por todo o Alentejo durante o mês de Janeiro de 1912, sendo lançada em Lisboa uma greve geral de solidariedade.

A repressão é brutal. A sede da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista é cercada pelo exérci-

to, encerrada e são feitas centenas de prisões. Consumava-se o divórcio do movimento operário com os republicanos e em particular com o partido de Afonso Costa, particularmente odiado, conhecido como “racha-sindicalistas”. Seguem-se tempos difíceis. O Congresso sindicalista de Tomar, realizado em 1914, reforça a unidade sindical. Constitui-se aí a UON, União Operária Nacional.

GUERRISTAS E ANTIGUERRISTAS

Face à ameaça de guerra, socialistas e anarquistas a nível internacional conservavam uma tradição anti-militarista comum. Desde 1911-12 que, também em Portugal, eram abundantes as iniciativas nessa linha.

Com a eclosão da 1ª Guerra Mundial, apesar de alguns sectores socialistas e anarquistas traírem, apoiando a participação portuguesa no conflito, são maioritários os que se opõem à guerra, consagrando essa orientação no movimento operário.

A guerra, com todo o cortejo de dificuldades, perturbação da produção e das relações económi-

cas em geral, provoca uma extraordinária carestia e a carência de géneros essenciais, levantando um grave problema de subsistências.

Em 1916 e 1917 reabre-se uma vigorosa ofensiva popular, com assaltos a armazéns e estabelecimentos comerciais contra os açambarcamentos, como a “Revolta da batata”, chegando Lisboa a estar vários dias ocupada pelo povo amotinado.

Descola novo surto grevista, vitorioso pelo Verão de 1917, designadamente na construção civil e nos correios, seguidas de greves gerais de solidariedade de vários dias.

O poder republicano responde violentamente – o exército e a GNR encerram a UON e vários sindicatos, fazem centenas de prisões, disparam sobre manifestações, assassinam operários, deportam outros.

AMBIGUIDADES FACE A SIDÓNIO

O golpe de Dezembro de 1917 que leva Sidónio Pais ao poder contém o ímpeto popular pelas ilusões que semeia ao sacudir o jugo dos “democráticos” de Afonso Costa e ao ceder às exigências de



COMÍCIO OPERÁRIO NO PARQUE EDUARDO VII REÚNE VÁRIOS MILHARES DE TRABALHADORES, NO 1º DE MAIO DE 1919

libertação dos presos sociais.

Já não atendeu Sidónio às reivindicações da UON, que lhe retira a “benévola expectativa”. Sidónio Pais estava longe de qualquer simpatia pelos trabalhadores, cujo objectivo era vergar e dominar.

À iniciativa operária retomada, viria a invariável repressão do governo, com novos sindicatos encerrados, prisões e deportações, como sucedeu com os assalariados rurais de Vale de Santiago, no concelho de Odemira, que haviam procedido à ocupação de terras.

Os trabalhadores rapidamente deixaram de ver

qualquer diferença entre a República Nova de Sidónio e República Velha de Afonso Costa.

A ideia de uma nova greve geral volta a germinar. A sua preparação é intensa. Enfrentando uma repressão governamental feroz, realiza-se em 18 de Novembro de 1918.

Mas as debilidades da organização sindical, a brutalidade repressiva, os efeitos amortecedores do final da guerra, carreando novas ilusões, bem como o pavor trazido pela epidemia de pneumónica limitaram fortemente o seu alcance. Ainda assim, sobretudo a sul, nos ferroviários, na construção civil, nos assalariados agrícolas, no Algarve, na margem sul, a greve teve expressão.

Se o assassinato de Sidónio Pais em Dezembro de 1918 ainda acirrou uma desmedida sanha re-

Apesar de alguns sectores socialistas e anarquistas traírem, apoiando a participação portuguesa no conflito, são maioritários os que se opõem à guerra

Para o esmagamento da autoproclamada “Monarquia do Norte”, contribuíram decisivamente operários, marinheiros e populares em armas.

pressiva, a situação seria abalada escassas semanas depois pela autoproclamada “Monarquia do Norte”, para cujo esmagamento, contribuíram decisivamente operários, marinheiros e populares em armas. Segundo Alexandre Vieira, dirigente sindicalista, “pelejaram bravamente, unindo o seu esforço ao de uma reduzida fracção de militares fiéis para que a República – esta República que por vezes traiçoeiramente tem caído sobre os operários – não sucumbisse aos pérfidos golpes das hostes monárquicas que o sidonismo havia alentado desmesuradamente”.

APOGEU E OCASO

Vencida a intentona monárquica, lançam-se os operários na conquista de melhores condições de



O “VAGON FANTASMA”: UM DOS COMBOIOS QUE PARTIRAM DO ROSSIO, LEVANDO À FRENTE O VAGÃO COM OS FERROVIÁRIOS GREVISTAS. SE A LINHA ESTIVESSE SABOTADA SERIAM OS PRIMEIROS A EXPLODIR.
Cliché Serra Ribeiro, Ilustração Portuguesa, nº. 702, p. 19, 04.08.1919, HML

vida e de trabalho, obrigando a medidas de carácter social, como a instituição dos seguros obrigatórios.

O lançamento em 1919 do diário sindicalista “A Batalha” e o 2º Congresso Operário Nacional em Coimbra, que funda a CGT, Confederação Geral do Trabalho, procura acompanhar a nova situação marcada por greves sectoriais, mas em que, ao mesmo tempo, se assistia a um reagrupamento das direitas políticas e sociais.

As primeiras notícias da Revolução soviética des-

de os últimos anos de guerra erguem um mar de esperanças, contribuindo para a união do campo popular, ao mesmo tempo que suscitavam um pavor atávico nas classes dominantes e nas fracções políticas no poder.

Ocorre por estes anos um crescendo de importantes e prolongadas greves nos serviços públicos, nos metalúrgicos, nos ferroviários, entre os trabalhadores da imprensa, nos mineiros de Aljustrel, nos marítimos. Renova-se o movimento sindicalista com forças proletárias jovens, que haviam vivido experiências duras em conjuntura de guerra. Reforçam-se as aguerridas Juventudes Sindicistas.

As lutas sindicais eram destemidas, radicais, embora circunscritas fundamentalmente a Lisboa e Se-

Desponta uma nova corrente, que desemboca no Partido Comunista Português, que quer furar o estrangulamento das lutas sociais.

túbal e abrindo brechas entre diferentes sectores e categorias profissionais, por via de leques salariais e regalias sociais que se diferenciavam e estratificavam. Além disso faltava expressão política a todo o movimento, que pudesse constituir alternativa de poder.

É neste contexto que desponta uma nova corrente, que desemboca no Partido Comunista Português, que quer furar esse estrangulamento das lutas sociais, a que conduzia a orientação sindicalista.

No 3º Congresso Operário Nacional, de 1922, na Covilhã, já se reflecte essa disputa pela hegemonia do movimento operário, agora travada entre sindicalistas revolucionários e partidários da revolução soviética.

Mas, ao declínio da corrente sindicalista revolucionária não se consegue erguer como alternativa o PCP, de escassa influência sindical e em cuja direcção prevaleciam concepções golpistas.

Muitos dos que haviam entusiasticamente abraçado as Juventudes Comunistas e o PCP, enveredam, desiludidos, por soluções massificadas de carácter violento, baseadas em atentados bombistas.



1911: OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL, EM FRENTE DO PALÁCIO DE SÃO BENTO ONDE FORAM ENTREGAR À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE UM PEDIDO DE HORÁRIO DE 8 HORAS E DE OUTRAS REGALIAS.

É certo que é também em boa medida por efeito da crise económica que o movimento sindical está em esvaziamento. A manifestação que em Fevereiro de 1924 volta a ser promovida pela CGT e pelas Juntas de Freguesia, agora contra a ameaça de mais um golpe de direita, bem como a afluência ao 4º Congresso Operário Nacional, de 1925 em Santa-rém, não conseguem iludir as dificuldades do movimento sindical, agravadas pela formalização da cisão que irremediavelmente afastará anarquistas e

comunistas.

Num quadro polarizado de luta de classes, num ambiente de múltiplas prisões e deportações, de sucessivas tentativas de golpe de direita, o enfraquecido movimento cristaliza no ódio ao partido democrático que no poder continua a fustigar o movimento operário. O golpe militar de 28 de Maio de 1926 triunfa sem resistência operária, por impotência ou indiferença.

O poder republicano, atávico no medo e no ódio social à classe operária não pode esperar condescendência do movimento operário.

Os trabalhadores, entregues a si próprios e sem se assumirem como séria alternativa de poder, souberam construir as suas associações de classe e mesmo no calor das suas disputas internas, não perderam a combatividade, alimentaram vários fôlegos ofensivos e adquiriram um património inestimável alicerçado em gerações de homens e mulheres que dedicaram as suas vidas e as suas inteligências a projectos de revolução social nesses anos conturbados do primeiro terço do século XX.

Sidonismo. Uma experiência premonitória

No final de 1917, a crise política, económica e social decorrente da participação na I Guerra Mundial fez crescer uma vasta fronda anti-afonsista (o chefe do Partido Democrático, Afonso Costa, era o rosto do guerrismo) ao que se somavam conflitos políticos anteriores no campo do republicanismo e entre o regime e os seus inimigos católicos e monárquicos.

Sidónio Pais, a 5/8 de Dezembro de 1917, ocupou a Rotunda em Lis-



*A República Nova
utilizou uma
imagética militar,
que se queria
dissuasora, contra
a desordem e contra
os bolcheviques*

SIDÓNIO PAIS

boa apeando os democráticos do poder, contando tanto com o apoio, como com a “expectativa benévola” de vários grupos e agentes sociais, de entre os quais o movimento operário tratado com dureza pelo afonsismo. Inicialmente o golpe parecia ser apenas uma mudança de turno governativo, de modo a permitir o acesso ao poder de outros que não o Partido Democrático e uma tentativa para impor o princípio da dissolução do congresso da República (o partido que fizesse e ganhasse eleições e constituísse governo não podia ser afastado pelo Presidente da República). Mas, como depressa se percebeu, para Sidónio Pais era a República Nova.

O sidonismo encontra-se numa encruzilhada entre mundos, com características políticas velhas e outras inovadoras, constituindo-se como um regime original que foi procurando e experimentando diferentes soluções. Foi uma experiência política premonitória sem ser ainda o fascismo. Nos anos vinte, a memória de Sidónio Pais serviu para a defesa de correntes presidencialistas, de predomínio e fortalecimento do executivo. Muitos quiseram encontrar paralelismos entre Sidónio Pais e Rivera ou Mussolini e no Estado Novo, consideraram-no como um dos “obreiros da revolução”. Não podemos deixar de olhar o sidonismo na conjuntura das transformações políticas decorrentes do conflito mundial e salientar o impacto que a revolução russa de 1917 teve nos sectores mais conservadores do espectro político e nas suas primeiras

reações ao que lhes parecia ser uma temível experiência subversiva.

Pouco depois de estar à frente do novo ministério, Sidónio Pais assumiu a Presidência da República. Experimentavam-se alterações políticas que, em última análise, permitiram ao sidonismo tentar dominar todo o sistema político, com um presidente, um governo e um partido (Partido Nacional Republicano) que se desejava de “todos os homens de bem”, composto por diferentes sensibilidades de direita e tendencialmente único. A arquitetura constitucional foi modificada com a denominada Constituição de 1918. O regime ganhava uma feição presidencialista, com predomínio do executivo, com um senado parcialmente corporativo e o Presidente da República passava a ser eleito por sufrágio universal masculino.

Sidónio Pais era a figura política central do regime. O antigo professor de Coimbra e diplomata vestiu a farda e assumiu uma persona pública: bélico, marcial, mas simultaneamente caridoso, fazendo-se fotografar debruçado sobre os tifosos, ou nos lanches

com as crianças pobres. Investiu-se na imagem do chefe carismático, o Presidente-Rei, como lhe chamou Fernando Pessoa. A República Nova utilizou, credibilizando no processo o corpo castrense, uma imagética militar, que se queria dissuasora e de que é exemplo a parada militar de Novembro, contra a desordem, contra os bolcheviques, nos dias da greve geral.

Para além do investimento na aclamação, o sidonismo nunca descurou a repressão dos seus inimigos, nomeadamente através do embrião

de uma polícia política que usava a violência e a tortura contra os opositores do novo regime.

A República Nova, apesar da sua brevidade (Sidónio Pais foi morto em Dezembro de 1918), foi uma rica experiência para as direitas portuguesas no tocante à via para a construção de uma fronda duradoura das direitas antidemocráticas e ao “saber durar” do poder conquistado. Sem dúvida o salazarismo seria devedor dessa experiência.



SIDÓNIO PAIS À ENTRADA DA SÉ DE LISBOA, ONDE ASSISTIRÁ AOS OFÍCIOS RELIGIOSOS POR ALMA DOS SOLDADOS PORTUGUESES MORTOS EM FRANÇA NA 1ª GUERRA MUNDIAL

O flagelo da Grande Guerra

A entrada de Portugal na I Guerra Mundial abriu uma profunda crise económica, social e política que foi uma das causas centrais para a queda do regime republicano. A primeira divisão na sociedade e no campo político prende-se com as razões da entrada de Portugal no conflito, designadamente no teatro europeu, já que a defesa das colónias africanas era mais consensual. O argumento da afirmação internacional da República numa Europa de cabeças coroadas e a ideia de estar “ombro a ombro” com a Inglaterra foram muito polémicas, abrindo o campo político a discussões violentas, a cisões partidárias e a um verdadeiro braço de ferro interno entre guerristas e anti-guerristas que extravasou a arena parlamentar, sendo uma das causas dos vários golpes do período.

A política intervencionista era defendida pelo Partido Democrático, pelo Partido Evolucionista, pelo Partido Socialista e por uma parte do anarquismo (Emílio Costa e O Germinal). O anti-intervencionismo, por seu turno, era apanágio da direita do espectro político, isto é, o Partido



PARTICIPAÇÃO NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA.

A crise da guerra agudizou as relações entre o regime e os trabalhadores, que deveriam poder ser um dos pilares de apoio da República, tal como o foram nos tempos de propaganda.

Raul Brandão (Vale de Josafat. Memórias): “Os oficiais que vão para a guerra perguntam: - «Mas ir morrer para quê? Para isto?» - E os soldados escreviam nas barracas de Tancos: - «A Verdun não vai nenhum.»”

Se a ideia da defesa da civilização latina e dos pequenos países não era compreendida pela maioria da população, já os efeitos da crise decorrente do conflito estavam presentes. A trágica questão das subsistências (associação entre a escassez de géneros, o açambarcamento e a alta de preços) trouxe a guerra até ao dia-a-dia das populações. O crepúsculo da velha Europa é o tempo da guerra, da fome e da peste, pela terrível “pneumónica”, ou como também por cá se dizia, a gripe espanhola.

Tal como nos outros países beligerantes aumentou a instabilidade e a conflitualidade social. Ou, como escreveu Rosa Luxemburgo (A Crise da Social-Democracia), “(...) e o alvoroço da fome rebenta em Veneza, Lisboa, Moscovo, Singapura; (...)”. Nas comunidades rurais surpreendemos levantamentos e a recusa de saída de géneros do seu concelho. Em Lisboa registaram-se assaltos a estabelecimentos comerciais e mercearias (como por exemplo a Revolu-



PARTICIPAÇÃO NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA. DESPEDIDA.

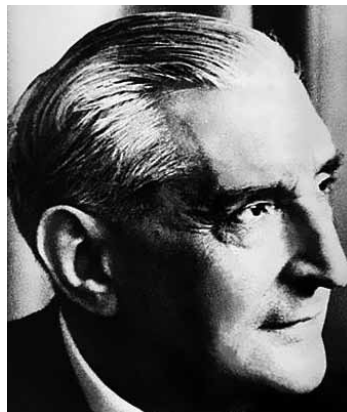
ção da Batata de Maio de 1917, em Lisboa), coincidindo com os períodos em que os preços dos géneros aumentavam e/ou se verificava a sua escassez. A crise também obrigou a um fortalecimento da organização sindical. A União Operária Nacional teve um papel de relevo na luta contra a política de guerra (Congresso Internacional Pró-Paz de Ferrol), a inflação, a desvalorização de salários e rendimentos, ressuscitando a ideia de greve geral ou apoiando greves sectoriais, particularmente no Verão de 1917.

A crise da guerra agudizou as relações entre o regime e os trabalhadores, que deveriam poder ser um dos pilares de apoio da República, tal como o foram nos tempos de propaganda. O descontentamento de uma parte substancial da sociedade portuguesa demonstrou que o intervencionismo falhou o desiderato de criação de uma causa patriótica capaz de fomentar a coesão dentro do campo republicano e de unir os portugueses em torno da “pátria” e, sobretudo, do regime. Pelo contrário, da guerra, o regime sobrava ferido de morte.

A QUEDA DA REPÚBLICA E A RESISTÊNCIA REVIRALHISTA (1924/1933)

Em finais de 1925, o poder político legalmente constituído (Parlamento, Governo e Presidente da República) mostrou-se incapaz de corresponder aos anseios de mudança e, muito menos, de pôr freio à fronda anticonstitucional e conspirativa que se havia constituído a partir de 1923.

Durante cerca de uma década (1923-1933), o país experimentou um clima de confronto institucional fora do comum, com eclosão de inúmeras intentonas militares e, depois do Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, de uma guerra civil larvar e intermitente, opondo a direita antiliberal e anticonstitucional aos sectores republicanos democráticos e ao activismo operário e popular que resistiam à destruição do regime constitucional implantado em 1910. No final desse período, António de Oliveira Salazar (e os salazaristas) haviam conseguido federar as direitas antiliberais e antidemocráticas e im-



ANTÓNIO OLIVEIRA SALAZAR

plantedo um regime corporativo, só nominalmente republicano. Do novo regime em construção tinham desaparecido os partidos políticos, os sindicatos livres, a liberdade de imprensa e a luta de classes, sujeita ao freio brutal de uma força conjugada das polícias políticas, dos tribunais especiais, com apoio declarado dos sectores da tropa que mantinham a Ditadura Militar.

OS EFEITOS DA GRANDE GUERRA

Instigadora de uma participação na Primeira Grande Guerra (por razões de estratégia colonial e de reconhecimento internacional do novo regime), a Primeira República não conseguiu superar – como acontecera em praticamente toda a Europa –, os “anos loucos” que se seguiram ao primeiro conflito

mundial. Uma inflação galopante, acompanhada pela desvalorização dramática do escudo e por uma crise de subsistências a que as epidemias (do tifo e da pneumónica) acrescentavam um toque de tragédia, fizeram dos anos do pós-guerra um período de difícil governabilidade, em regime de confronto partidário e constitucional. Pouco preparados para a mudança, os partidos republicanos ensaiaram todas as soluções constitucionais, reformaram-se por cisão ou por fusão em novas formações partidárias, renovaram as lideranças, mas não conseguiram encontrar respostas adequadas para a complexa situação política do momento. Descontente com a “desordem” existente, a direita constitucional (agrupada no Partido Nacionalista em 1923) foi-se circunscrevendo a um campo praticamente insig-

mundial. Uma inflação galopante, acompanhada pela desvalorização dramática do escudo e por uma crise de subsistências a que as epidemias (do tifo e da pneumónica) acrescentavam um toque de tragédia, fizeram dos anos do pós-guerra um período de difícil governabilidade, em regime de confronto partidário e constitucional. Pouco preparados para a mudança, os partidos republicanos ensaiaram todas as soluções constitucionais, reformaram-se por cisão ou por fusão em novas formações partidárias, renovaram as lideranças, mas não conseguiram encontrar respostas adequadas para a complexa situação política do momento. Descontente com a “desordem” existente, a direita constitucional (agrupada no Partido Nacionalista em 1923) foi-se circunscrevendo a um campo praticamente insig-

Do novo regime em construção tinham desaparecido os partidos políticos, os sindicatos livres, a liberdade de imprensa e a luta de classes.

nificante: a maioria das forças de direita passou a competir fora do jogo democrático: alarmou o país com a imprensa que adquiriu e foi mudando editorialmente (à medida dos seus interesses), aliciou os militares vindos da Guerra (muito descontentes) para o golpismo militar e preparou-se para tomar o poder pela força das armas. Do ponto de vista institucional, a situação política continuava hegemoinizada pelo Partido Democrático que, na ânsia de secar todas as tendências à sua esquerda, as mantinha sob a sua alçada ou as derrotava no Parlamento à primeira oportunidade, como aconteceu com os governos de Álvaro de Castro (1924) ou de José Domingues dos Santos (1925): “reinava”, mas não governava. Com esta política sectária, não só se perdia o partido como se afundava a República.

Na verdade, nos finais de 1925, o partido do poder não podia estar mais frágil e o regime mais próximo da derrota. Os julgamentos dos líderes militares das revoltas de 1925 – 18 de Abril e 19 de Julho -, não castigaram os conspiradores, antes debilitaram o poder político, justificando os advogados e juizes a acção conspirativa pela incapacidade políti-



ACAMPAMENTO DAS TROPAS REVOLTOSAS DE GOMES DA COSTA JUNTO AO RIO TRANCÃO, EM SACAIVÉM, ANTES DO SEU AVANÇO SOBRE LISBOA, 28.05.1926. FMS, 06278.04688

ca do Governo e pelo domínio hegemónico do Partido Democrático – a “ditadura do partido único”, como se afirmava nos meios políticos da oposição e na imprensa.

O partido do poder obtivera a maioria absoluta nas eleições de 8 de Novembro de 1925 e Bernardino Machado havia sido eleito no final do ano, sem grande oposição. Porém, naquela conjuntura de debilidade política e de ascensão de uma fronda antiliberal e antidemocrática, essa maioria, em vez de fortalecer, debilitava, porque era apontada como

ilegítima, já que, mais uma vez, não só não dera oportunidade de as oposições chegarem ao poder por votos, como se mostrava sem capacidade para governar.

O GOLPE MILITAR DE 28 DE MAIO DE 1926

Em 28 de Maio de 1926, dois grandes blocos se juntaram para subverter a situação constitucional por golpe militar. Um, de cariz liberal que pensava poder regenerar o regime através da implantação de uma “ditadura temporária” e a formação de um “governo extrapartidário de competências”, sem a obstrução do Parlamento. Passado algum tempo, defendia este bloco – liderado militarmente pelo comandante Mendes Cabeçadas e com o apoio político da União Liberal Republicana de Cunha Leal -, o País regressaria à normalidade constitucional, na base de um sistema político reequilibrado em torno de dois grandes blocos políticos, um à esquerda e outro à direita, os dois dispostos a disputar o poder através do jogo democrático. Um outro bloco, antiliberal e antidemocrático, ansiava por uma ditadura



BARRICADA REVOLUCIONÁRIA NA RUA DE SANTA CATARINA, PORTO, DURANTE A REVOLTA DE 3 DE FEVEREIRO DE 1927. AML/AF, REV000039

definitiva, ou antes, pela constitucionalização de um Governo ditatorial, como aqueles que a Europa ia conhecendo, da Espanha à Polónia, passando pelo caso mais sui generis da Itália mussoliniana. Este bloco era apoiado pela direita anticonstitucional – alguma dela antirepublicana -, com grande sustentação na numerosa “tenentada” aquartelada e já sem a incumbência da Guerra, nos pequenos grupos de extrema-direita com simpatias fascistas e, muito especialmente, na reacção católica e conservadora das antigas classes afastadas do poder pela República em 1910. Elegeram um nome de prestígio para os

comandar numa marcha militar de Braga a Lisboa – o general Gomes da Costa, um nome prestigiado do comando militar do país -, mas, na verdade, apenas a “farda” que escondia por detrás os verdadeiros detentores do poder e que tinham dado a conhecer o seu pensamento antiliberal na Revolta de 18 de Abril de 1925: Sinel de Cordes, Filomeno da Câmara, Raul Esteves, Óscar Carmona. Todos militares dispostos a hipotecar a República pluripartidária, as liberdades públicas e o regime em nome de uma “nova ordem”.

Porém, este último campo, ainda muito ligado aos “políticos” e sem apoios militares significativos, não conseguiu reagir ao avanço do outro bloco antiliberal, liderado por Gomes da Costa, e acolitado por muitos integralistas e monárquicos que desciam de Braga sobre Lisboa.

Realizaram-se conversações para facilitar uma coabitação das duas famílias políticas, mas estas acabaram pela vitória militar dos partidários de Gomes da Costa. Depois de diferentes tentativas para constituir governos de coabitação, o general entrava triunfalmente em Lisboa, em 6 de Junho, à frente de 15 mil homens e sob o efeito de uma consagração popular estrondosa. Dez dias depois,

o “partido” político-militar de Gomes da Costa obrigava Mendes Cabeçadas a assinar o seu próprio “despedimento”.

A RESISTÊNCIA REVIRALHISTA

A República não estava ainda definitivamente perdida, porque, logo em Julho, a esquerda republicana se organizou para resistir e para desalojar pela força os ditadores. Durante mais de uma década, o Revivalho fez sair à rua quatro grandes revoltas, algumas, como a de 3-7 de Fevereiro de 1927, no Porto e em Lisboa, movimentando milhares de homens e armas, numa guerra civil de vida ou morte.

Em resposta a esta resistência, a Ditadura Militar armou-se de medidas excepcionais – Tribunais Militares Especiais, polícias políticas, censura, deportação e exílio de milhares de republicanos -, e ao fim de um quinquénio, substituiu as instituições liberais e instalara uma nova elite política em todas as instâncias do poder.

Não sem luta e resistência, a primeira experiência de modernização e democratização do país ficaria adiada por quase meio século, até 25 de Abril de 1974.

Índice

<i>A fibra da República</i>	<i>pág. 03</i>
O QUE FOI A REPÚBLICA?.....	<i>pág. 03</i>
O ESTADO LAICO.....	<i>pág. 03</i>
A “EDUCAÇÃO NOVA”.....	<i>pág. 04</i>
A “NOVA AURORA”.....	<i>pág. 05</i>
<i>A revolução popular de 5 de Outubro de 1910</i>	<i>pág. 06</i>
<i>O movimento operário</i>	<i>pág. 09</i>
A OUTRA REPÚBLICA.....	<i>pág. 09</i>
EUFORIA E DIVÓRCIO.....	<i>pág. 10</i>
GUERRISTAS E ANTIGUERRISTAS.....	<i>pág. 10</i>
AMBIGUIDADES FACE A SIDÓNIO.....	<i>pág. 11</i>
APOGEU E OCASO.....	<i>pág. 12</i>
<i>Sidonismo. Uma experiência premonitória</i>	<i>pág. 14</i>
<i>o flagelo da grande guerra</i>	<i>pág. 16</i>
<i>A queda da república e resistência reviralhista</i>	<i>pág. 18</i>
OS EFEITOS DA GRANDE GUERRA.....	<i>pág. 18</i>
O GOLPE MILITAR DE 28 DE MAIO DE 1926.....	<i>pág. 19</i>
A RESISTÊNCIA REVIRALHISTA.....	<i>pág. 20</i>

